

Sumário

Número de notícias: 13 | Número de veículos: 12

O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
ANFIP

Defasagem na tabela castigará 15,1 mi.....2

O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO
ANFIP

Imposto de renda (Editorial).....3

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SEGURIDADE SOCIAL

INSS começa a pagar em 25 de janeiro aposentadoria com reajuste.....4

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Prazo para consignado com juros mais baixos.....6

DIÁRIO DO GRANDE ABC - SANTO ANDRÉ - SP - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Aposentados por invalidez têm direito a 25% a mais no benefício.....7

O DIA - RIO DE JANEIRO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Bancos ajustam juros para os aposentados do INSS.....9

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

CLDF vai votar Orçamento e Refis.....10

O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
ECONOMIA

PEC deixa orçamento da Saúde com "falta" de R\$ 6,1 bi em 2022.....11

FOLHA DE S. PAULO - SP - ESTÚDIO FOLHA
ECONOMIA

Brasil terá de arcar com pedalada dos precatórios.....12

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - POLÍTICA
ECONOMIA

Câmara discute mudança em PEC dos Precatórios.....13

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Em resposta a tom duro do BC, mercado eleva a 11,5% estimativa para Selic ao fim de 2022
.....14

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO
ECONOMIA

Renda fixa: de volta ao status de melhor opção (Artigo).....15

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

Bilhões eleitorais (Editorial).....16

Defasagem na tabela castigará 15,1 mi

A defasagem na tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) fará a **Receita Federal** cobrar da população no próximo ano R\$ 149 bilhões acima do que seria devido se os números fossem reajustados integralmente pela **inflação** desde 1996. Foi no segundo ano do governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB) que a atualização anual deixou de ser feita.

A **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal** (Unafisco), autora do levantamento, calcula ser necessário corrigir a tabela a partir daquele ano.

Com isso, a defasagem afetará, em 2022, 15,1 milhões de pessoas de menor renda, disse o presidente da entidade, Mauro Silva.

A última correção de tabela foi feita em 2015. A defasagem acumulada no período passa de 130%. O presidente Jair Bolsonaro (PL) prometeu na campanha elevar a faixa de isenção para R\$ 5.000. Porém, a tabela não foi corrigida nenhuma vez na atual gestão.

Procurado, o Ministério da Economia não se posicionou.

Hoje, é isento quem ganha até R\$ 1.903,98 por mês - 9,1 milhões de pessoas, segundo os auditores. Com a correção, a faixa salarial isenta subiria para R\$ 4.469,02, beneficiando 24,2 milhões contribuintes.

Site:

<http://otempo.emotiondigital.com.br/leitor/#/jornais/1/edicoes/16363>

Imposto de renda (Editorial)

A voracidade do Imposto de Renda vai extrair dos bolsos dos contribuintes o equivalente a R\$ 149 bilhões por causa da defasagem da tabela em relação à **inflação**, que pune de forma ainda mais severa os brasileiros com renda menor. O valor foi calculado pela **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Unafisco)** e evidencia a injustiça do modelo tributário.

Atualmente, 9 milhões de brasileiros estão inseridos dentro da alíquota de isenção. Caso a tabela fosse corrigida de acordo com as perdas inflacionárias, o valor passaria de R\$ 1.903,98 para R\$ 4.469,02. Como isso não é feito, cerca de 15 milhões de brasileiros são obrigados a pagar o imposto mesmo recebendo os salários mais baixos do mercado de trabalho.

Trata-se de um sacrifício adicional a uma parcela da população já onerada por uma **inflação** acumulada de 10,96% nos últimos 12 meses (de acordo com o INPC, que mede o custo de vida para famílias com renda de um a cinco salários mínimos). Índice maior do que o IPCA, a "**inflação** oficial", que acumulou 10,74% ao longo do mesmo período.

E não é só o custo de vida que ameaça esse nicho da população. Nos momentos mais agudos da pandemia, um terço dos desempregados era membro de famílias com renda em torno de um salário mínimo.

Uma condução acidentada - para dizer o mínimo - frustrou as expectativas de uma reforma do Imposto de Renda neste ano, mas os números citados e a necessidade de recuperação econômica mostram a urgência da correção da tabela do IRPF - um erro que perdura há mais de duas décadas - e da adoção de regras claras, objetivas e justas para o sistema tributário nacional, de forma a incentivar o crescimento sem onerar os que não têm mais de onde tirar dinheiro.

Site:

<http://otempo.emotiondigital.com.br/leitor/#!/jornais/1/edicoes/16363>

INSS começa a pagar em 25 de janeiro aposentadoria com reajuste

Luciana Lazarini são paulo

Os 36 milhões de beneficiários do **INSS** já têm data certa para receber o primeiro benefício com reajuste em 2022. Aposentadorias, pensões e auxílios equivalentes ao salário mínimo serão pagos entre os dias 25 de janeiro e 7 de fevereiro já com o valor do piso nacional que for definido para 2022.

Para aposentados e demais beneficiários do **INSS** que ganham mais que o piso, o primeiro pagamento com o reajuste chegará entre os dias 1º e 7 de fevereiro.

Dos 36 milhões de beneficiários que receberão o reajuste anual, 24.130.471 ganham o salário mínimo e 12.178.030 recebem acima do piso nacional, conforme dados do instituto.

As datas foram definidas no calendário anual de pagamentos para 2022, divulgado pelo **INSS** em 1º de dezembro. Os dias exatos do primeiro depósito com reajuste anual, referente à competência de janeiro, variam conforme o final do benefício, sem o dígito que aparece depois do traço.

O índice final que será aplicado no reajuste das aposentadorias acima do piso será oficializado em 11 de janeiro, quando o IBGE divulgarão INPC fechado de janeiro a dezembro de 2021.

O INPC já acumula alta de 9,36% de janeiro a novembro de 2021. Na prática, o reajuste do **INSS** vai considerar esse percentual acumulado até novembro mais o resultado que for registrado em dezembro. O índice que mede a variação de preços para famílias com renda de um a cinco salários mínimos registrou alta de 0,84% em novembro.

O valor exato do novo mínimo, que passará a valer em 1º de janeiro, ainda será publicado pelo governo. Em sua previsão mais recente, o Ministério da Economia estima que o INPC de 2021 deva fechar o ano em 10%, o que levaria o salário mínimo a aumentar dos atuais R\$ 1.100 para R\$ 1.210.

O teto do **INSS**, que neste ano é de R\$ 6.433,57, também será reajustado com o INPC de janeiro a dezembro.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=497>

59

Prazo para consignado com juros mais baixos

Vinicius Guidoni

Aqueles que estão precisando de um dinheiro a mais no bolso devem se organizar para fazer o empréstimo mais em conta até o fim do ano.

A partir de janeiro de 2022, após pedidos dos bancos, os juros do crédito consignado do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) vão ficar "mais caros. Para o empréstimo pessoal consignado a taxa vai chegar a 2,14% e, para o cartão de crédito, o reajuste vai deixar a taxa em 3,06%. Hoje, os juros são de 1,8% e de 2,7%, respectivamente.

Segundo a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), o reajuste era necessário por conta da elevação de custo para as instituições captarem recursos para o consignado, e a queda na concessão dessa modalidade de empréstimo.

Assim, a partir do próximo ano, as regras devem voltar ao que valiam antes da pandemia e o aposentado ou pensionista vai poder comprometer até 35% da renda mensal com essas dívidas, sendo 30% para o empréstimo e 5% para o cartão de crédito consignado.

Vale lembrai* que, até dezembro deste ano, o número máximo de parcelas mensais para pagar a dívida segue ampliado de 72 para 84 meses. A partir do ano que vem o número volta a ser de 72 meses.

A Febraban informou, ainda, que os custos para captação pressionam as instituições de forma que podem atrapalhar a oferta do crédito aos aposentados.

"Os bancos entendem ser importante evitar que o custo de captação e das despesas inviabilizem a concessão de benefícios a uma parcela significativa destes aposentados e pensionistas, particularmente neste período de final e início de ano", afirma o texto.

No entanto, mesmo com o reajuste nas taxas, o economista Jorge Eloy explica que o tomador de crédito pode conseguir taxas mais vantajosas se avaliar as condições de cada banco, além da concorrência entre as instituições financeiras do País.

"O aumento da Selic desencadeia esse tipo de juros, mas acredito que não vai impactar de maneira forte quem for pegar o empréstimo. O importante é o

tomador de crédito consultar essas taxas. A taxa em 2,14% está dentro do esperado, mas deve ter taxas menores no mercado. A concorrência entre as instituições bancárias faz com que essas taxas não fiquem tão altas assim", avaliou Eloy.

Aposentados por invalidez têm direito a 25% a mais no benefício

CAIO PRATES do Portal Previdência Total Aposentados por invalidez do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) que necessitam de assistência permanente de terceiros possuem o direito a um adicional de 25% sobre o valor do benefício. A Lei 8.213/91 garante o provento intitulado como auxílio-acompanhante a todos os aposentados nesta modalidade que precisam de apoio para tarefas cotidianas como tomar banho, ir ao banheiro, fazer a refeição, ir ao mercado, entre outras atividades. Especialistas ressaltam que outros segurados aposentados, mesmo que não sejam inválidos, mas que necessitam de um acompanhamento permanente, conseguem obter o benefício na Justiça.

Exemplos de situações que dão direito à aposentadoria por invalidez e ao adicional de 25% são os de aposentados acometidos de cegueira total, alienação mental, perda de membros, doenças que exigem permanência contínua em leito, entre outras, assim como os casos de segurados que estão internados em casas de repouso.

E o STF (Supremo Tribunal Federal) fixou a tese de que "no âmbito do RGPS (Regime Geral de **Previdência Social**), somente lei pode criar ou ampliar benefícios e vantagens previdenciárias, não havendo, por ora, previsão de extensão do auxílio da grande invalidez a todas as espécies de aposentadoria".

A Corte analisou um recurso extraordinário que questionava decisão do STJ (Superior Tribunal de Justiça) que estendeu a possibilidade de pagamento do adicional de 25% para os segurados, que comprovavam a necessidade de um acompanhante, que recebem todos os tipos de aposentadoria, e não só a por invalidez. A maioria dos ministros acompanhou o entendimento do relator, Dias Toffoli, que também propôs modular os efeitos da tese, garantindo que quem quer que tenha assegurado o pagamento do benefício por meio de decisão judicial transitada em julgado deve continuar recebendo o adicional.

O advogado especialista em direito previdenciário João Badari, sócio do Aith, Badari e Luchin Advogados, resalta que a lei que garante o adicional é de 1991, porém, nem sempre os aposentados sabem que podem pedir o acréscimo e que o STF

determinou que só os aposentados por invalidez têm direito ao auxílio. "Os aposentados, de forma legítima, invocaram o princípio da isonomia para tentar conseguir a extensão do adicional para todos os beneficiários do **INSS**. Mas a decisão do Supremo deixa claro que esse direito só será garantido por uma nova legislação, que deverá ser analisada no Congresso Nacional", explica.

Badari frisa que o adicional é devido apenas aos aposentados por invalidez, com sequelas permanentes. "Esse tipo de aposentadoria é dado a quem tem uma doença ou sofreu um acidente e, por causa disso, não consegue mais trabalhar. Quem decide se há direito à aposentadoria por invalidez e ao adicional de 25% é o peritomédico do **INSS**", aponta.

Segundo os especialistas, os aposentados por invalidez que comprovam dependência de outra pessoa podem conseguir o adicional.

Não importa se o acompanhante é um integrante da família ou um profissional contratado pelo segurado.

Exemplos de situações que dão direito aos 25% extras são a incapacidade permanente para as atividades diárias, doença que exija permanência contínua no leito, cegueira total, perda de nove ou dez dedos das mãos, paralisia dos dois membros superiores ou inferiores, perda dos membros inferiores quando a prótese for impossível, perda de uma das mãos e de dois pés, dentre outros.

PERÍCIA E JUSTIÇA

O adicional pode ser concedido na hora em que o perito avalia que o segurado tem direito à aposentadoria por invalidez ou depois que o benefício já foi concedido.

Nesse segundo caso, quando a necessidade aparece depois, o segurado terá que procurar a agência do **INSS** onde sua aposentadoria é mantida para pedir o adicional.

O segurado terá de passar por uma nova perícia médica, para atestar que não consegue fazer suas atividades diárias sozinho.

Com a perícia agendada, o segurado deve levar

laudos médicos detalhados que demonstrem a necessidade de ajuda constante de terceiros.

Também devem ter em mãos exames médicos e até prescrição de remédios que tomam continuamente.

Caso o pedido seja negado pelo **INSS**, o aposentado tem como alternativa procurar a Justiça para garantir o seu direito. "Este método judicial é utilizado muitas vezes tendo em vista a grande recusa de ter concedido este adicional de forma administrativa", acrescenta Ruslan Stuchi, sócio do escritório Stuchi Advogados.

Site:

<https://digital.maven.com.br/pub/diariodograndeabc/?edicao=118760>

Bancos ajustam juros para os aposentados do INSS

Após a publicação da resolução que eleva o teto dos juros do crédito consignado para os aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), que subiu de 1,80% ao mês para 2,14% ao mês, os bancos começaram a se movimentar para ajustar para as taxas oferecidas aos segurados.

Pelo menos, Santander e Bradesco informaram que farão alterações, enquanto o Itaú estuda qual será a decisão da instituição.

O Santander, por exemplo, informou que a taxa cobrada nas operações de crédito consignado do **INSS** depende do perfil do cliente. Hoje, a média é de 1,59% ao mês. A partir das próximas semanas poderá chegar ao teto do estipulado de 2,14%. Já o Bradesco divulgou que vai realinhar suas taxas, conforme indicação da instrução normativa do **INSS**.

Já o Itaú divulgou que "à luz da mudança do teto do **INSS**, está fazendo estudos para decidir quando vai alterar sua taxa máxima e frisa que qualquer alteração nessa direção será aplicável apenas a novos contratos fechados".

O banco também destacou que o consignado continua sendo a opção de crédito com a menor taxa do mercado e que esta varia de acordo com o perfil do cliente, seu relacionamento com a instituição, valor emprestado e período de financiamento.

AVALIAÇÃO PERMANENTE Por sua vez, o Banco do Brasil informou que não fez ajustes nas suas taxas destinadas a aposentados e pensionistas do **INSS**. O BB ressaltou, no entanto, que monitora e avalia permanentemente os fundamentos do mercado e a concorrência, sempre no propósito de estabelecer sua política de preços em condições competitivas.

No último dia 8, foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) a resolução do Conselho Nacional de **Previdência Social** (CNPS) com a mudança no teto dos juros do crédito consignado para aposentados do **INSS**.

Além do aumento no teto das taxas do empréstimo, as operações feitas no cartão de crédito também sofreram reajuste. Subiram de 3% para 3,06% ao mês.

Sistema vai ser adequado

A Dataprev, empresa de processamento de dados da **Previdência Social**, deverá adequar os sistemas para a adoção dos novos valores.

A resolução cria um grupo de trabalho que irá instituir o Programa Permanente de Cidadania Financeira e Previdenciária - que será financiado com recursos das instituições que operam com consignado. O grupo deve discutir iniciativas para ampliar a transparência, concorrência e redução de custos dos empréstimos.

O reajuste foi um pedido da Febraban, que representa os bancos, que alegou que a alta era necessária para que a oferta de crédito nesta modalidade continuasse sendo feita a aposentados e pensionistas do **INSS**.

A metodologia usada no cálculo do novo teto de juros do empréstimo do consignado do **INSS** teve como referência a taxa de juros real calculada em 16,1%.

Site: <https://flip.odia.com.br/edicao/imprensa/9815/14-12-2021.html>

CLDF vai votar Orçamento e Refis

LUCIANA COSTA

As últimas sessões na Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) estão direcionadas para a pauta econômica, principalmente na apreciação de propostas do GDF. Próximo do recesso parlamentar, estão agendadas sessões extras hoje para que as propostas sejam votadas na totalidade até o fim do dia, realizando na quarta-feira a última sessão da Casa para as redações finais nas comissões e encaminhá-las ao Executivo.

Os deputados esperam avaliar o Orçamento de 2022, por meio do Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa). Devido à quantidade de emendas, o deputado Agaciel Maia (PL) convocou a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças para mais análises detalhadas pelos parlamentares, que deram parecer favorável ao projeto de Orçamento do Distrito Federal.

Os programas governamentais de incentivo econômico e isenção de **impostos** serão apreciados. A maioria procede do Pró-Economia II, plano de medidas de estímulo ao setor produtivo local, o qual ainda resta 18 medidas a serem aprovadas.

Dentre elas, está o Refis 2021, programa distrital de refinanciamento de dívidas. A expectativa é de uma receita em R\$ 377 milhões, com adesão em mais de R\$ 1 bilhão.

As propostas ligadas a **impostos** ainda serão o foco desta semana. O aumento no desconto à vista do para quem pagar o IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) e do IPVA (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores) ainda precisa ser votada em segundo turno.

Também será apreciado o projeto de lei referente ao IPVA 2022, que determina os valores de venda dos veículos.

A análise dos Projetos de Lei de temas fundiários estava prevista para apreciação ainda neste ano, que são a Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS) e o Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT). O vice-presidente da Casa, Rodrigo Delmasso, afirmou que a única pauta avaliada na terça-feira será a Lei dos Puxadinhos, aprovada em primeiro turno na quinta-feira.

Na semana passada, os deputados começaram a debater sobre puxadinhos. O Projeto de Lei

Complementar nº 88/2021 refere-se ao uso e ocupação do solo no comércio das entrequadradas da Asa Sul.

Em sessão no Plenário, o presidente da Casa, Rafael Prudente (MDB), decidiu pela votação referente apenas ao texto original em decorrência dos embates entre os parlamentares.

Para terça-feira, será apreciado um substitutivo, que aglutina todas as emendas já aprovadas.

Vale lembrar que os deputados da oposição sugeriram uma análise minuciosa das mudanças propostas.

O deputado Chico Vigilante (PT-DF) explicou-se ao dizer que "eu preferi levantar a questão para votar o texto original do governo, porque uma série de emendas seguravam o projeto. Certamente, o Ministério Público questionaria e derrubaria na Justiça do DF, caso fosse sancionado as emendas", declarou Chico.

Além disso, os deputados distritais votaram parte das medidas do Pró-Economia II, que tratavam da isenção ou redução do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) na comercialização e transportes de produtos variados.

Avaliadas pelo Legislativo, as medidas não encontraram dificuldades para a aprovação.

Site:

<http://edicao digital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldeb rasil?edicao=14164>

PEC deixa orçamento da Saúde com "falta" de R\$ 6,1 bi em 2022

A promulgação da PEC dos Precatórios, com a mudança no cálculo do teto de gastos, deixou o orçamento da Saúde com um "buraco" de R\$ 6,1 bilhões em 2022. Na prática, o setor pode ficar sem os recursos necessários para enfrentar a pandemia de Covid e cumprir o mínimo exigido pela Constituições para despesas nessa área.

Todos os anos, o governo federal é obrigado a aplicar um gasto mínimo com ações e serviços públicos de saúde. Esse piso é ajustado pela **inflação** de cada ano, com o mesmo índice que ajusta o teto de gastos. Anteriormente, o cálculo era feito com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulado até junho do anterior. A PEC alterou esse período para dezembro.

A mudança na regra abre uma folga no teto de gastos em 2022, mas também exige a correção de despesas que são calculadas pela **inflação**, entre elas o mínimo da saúde.

Ontem, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou o relatório setorial da Saúde do Orçamento de 2022, mas o Congresso ainda terá de colocar mais R\$ 6,1 bilhões em ações e serviços públicos de saúde para cumprir o piso no próximo ano.

O cumprimento dos recursos dependerá do relator geral do Orçamento de 2022, deputado Hugo Leal (PSD-RJ). O relator setorial da Saúde, deputado Sanderson (PSL-RS), pediu que o parecer final da peça orçamentária coloque mais recursos para o setor vinculados ao combate à Covid: R\$ 5,7 bilhões para procedimentos de média e alta complexidade, R\$ 2,4 bilhões para a atenção primária e R\$ 1,4 bilhões para compra de testes e vacinas.

O Congresso deve votar o Orçamento na sexta-feira.

Parlamentares criticam a queda nos recursos para a saúde em comparação a 2021 e também exigem mais recursos para a vacinação da população.

Site:

<http://otempo.emotiondigital.com.br/leitor/#/jornais/1/edicoes/16363>

Brasil terá de arcar com pedalada dos precatórios

A PEC dos Precatórios, que tem com o objetivo modificar o sistema de pagamento de precatórios, foi aprovada pelo Senado com várias modificações. Entre elas, garantiu a todo brasileiro, em situação de vulnerabilidade social, o direito a uma renda básica familiar. Dos R\$ 106 bilhões no Orçamento, quase a metade será destinada para os beneficiários do programa pela PEC aprovada.

Os pontos que não tiveram consenso entre o Senado e a Câmara serão incluídos em uma segunda PEC. Dessa forma, as mudanças poderão ser votadas ainda neste ano. Diante do cenário, é preciso questionar o seguinte: A quem interessa aprovar essa PEC? Quais as consequências da aprovação? Porque essa manobra em ano eleitoral usando a liberdade orçamentária para custear o programa Auxílio Brasil, entre outros itens?

O governo planeja usar parte dos recursos para pagar R\$ 400 por mês aos beneficiários do Auxílio Brasil (ex-Bolsa Família) em 2022. Será justamente o ano em que o presidente Jair Bolsonaro tentará a reeleição. É preciso atenção em todo o cenário.

A principal inovação será a nova fórmula de cálculo do teto de gastos da União. O teto é corrigido anualmente pela **inflação**. Em vez de considerar o índice medido entre julho do ano anterior e junho do ano corrente, a atualização do teto passará a usar a **inflação** acumulada entre janeiro e dezembro. É preciso alertar que a mudança já vale para o Orçamento de 2022. De acordo com estimativas do governo, isso pode render espaço fiscal adicional de R\$ 106 bilhões em 2022.

O valor depende da promulgação das novas regras para o pagamento dos precatórios. Esse era o propósito original da PEC. Por conta das alterações feitas pelo Senado nas regras, as duas Casas ainda vão acertar o texto que poderá ser promulgado sem incluir trechos que não tenham sido aprovados por ambas. Sem as novas regras, o espaço fiscal disponibilizado ficaria em torno de R\$ 60 bilhões.

Entre as novas regras, estão temas como o "subteto" a ser fixado para esses pagamentos, a exclusão desse limite dos precatórios em relação ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundei) e as possíveis compensações financeiras entre entes

federativos.

E preciso deixar claro que as pessoas humildes merecem e devem ter o auxílio, mas há outras alternativas, sem furar o leito, e dentro do limite fiscal.

O volume de precatórios vem crescendo em um ritmo acelerado.

A escolha agora parece ter sido deixar de pagar o precatório em uma pedalada. A Câmara dos Deputados e o Senado chegaram a um acordo para o que chamam de promulgação "fatiada" da PEC dos Precatórios. Argumentam que não seria possível a aprovação total em 2021. Assim, apenas partes da PEC aprovadas em comum pelas duas casas serão promulgadas. As outras voltam para a Câmara para serem votadas.

Há muita preocupação com a sustentação do programa. E preciso deixar claro que a escolha agora é política e o Brasil terá de arcar com essa pedalada no futuro. Ou seja, a "fatura" vai chegar mais cedo ou mais tarde.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49759&anchor=6447155&pd=c5952bdfd42794b9cdbee7523fb54e64>

Câmara discute mudança em PEC dos Precatórios

Deputados resistem a dar aval a todas as alterações feitas pelo Senado e agem para encaminhar os pontos aprovados direto à promulgação

Líderes da Câmara discutem as mudanças na PEC dos Precatórios e re sistem a dar aval a todas as alterações feitas pelo Senado. As mudanças entrarão na pauta de hoje do plenário. A cúpula da Câmara age para encaminhar os pontos aprovados diretamente para promulgação, sem devolver a proposta novamente para o Senado. Parte da proposta de emenda à Constituição foi promulgada na semana passada, incluindo a alteração no cálculo do teto de gastos, regra que atrela o crescimento das despesas à **inflação**, o que garante uma folga de R\$ 62,2 bilhões em 2022. O limite do pagamento de precatórios, dívidas que a União precisa pagar depois de condenações na Justiça, que abre um espaço de R\$ 43,8 bilhões, foi colocado em outra PEC que está pronta para ir a votação no plenário.

No domingo, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), afirmou que haveria "boa vontade" da Casa ao avaliar a vinculação do espaço fiscal da PEC para o Auxílio Brasil e despesas previdenciárias. Esse carimbo provocou impasse entre deputados e senadores no fatiamento da PEC. Nos bastidores da Câmara, no entanto, ainda há resistência a amarrar toda a folga fiscal com essas despesas, diante da articulação para aumentar o volume de emendas parlamentares no Orçamento de 2022.

Tornar o Auxílio Brasil um programa permanente e criar uma comissão no Congresso para fiscalizar a expedição e pagamento de precatórios são pontos mais consensuais na Câmara. Além disso, retirar os pagamentos de precatórios ligados ao antigo Fundef (fundo de financiamento à educação anterior ao Fundeb) do teto de gastos também pode receber aval dos deputados federais. "Retirar o Fundef facilita a aprovação, é um apelo, pois é vinculado à educação, mas não sei como o relator vai analisar isso", disse o líder do MDB, Isnaldo Bulhões (AL).

Dois pontos enfrentam resistência de líderes da Câmara: limitar o pagamento de precatórios até 2026, não mais até 2036, e garantir a maior parte dos precatórios do Fundef aos Estados antes do período eleitoral. No primeiro caso, a alteração exigiria o retorno da PEC ao Senado, movimento que os

deputados querem evitar. O prazo para pagamento ao longo do primeiro ano, por outro lado, poderia ser retirado por uma emenda supressiva e "morreria" na Câmara.

Site:

<https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/index.jsp?serviceCode=login&edicao=10185>

Em resposta a tom duro do BC, mercado eleva a 11,5% estimativa para Selic ao fim de 2022

O mercado financeiro elevou a projeção para a taxa de juros ao fim de 2022, depois de o Banco Central ter adotado uma linguagem mais dura ao decidir na semana passada tornar a subir a taxa Selic, enquanto as expectativas de **inflação** melhoraram ou pararam de piorar depois de uma longa série de altas.

De acordo com a pesquisa Focus do Banco Central - levantamento semanal do Bacen com analistas de instituições financeiras - divulgada nesta segunda-feira (13), o prognóstico para o juro básico da economia em 2022 subiu a 11,5% ano, de 11,25% do documento da semana anterior.

Na quarta-feira (8), o BC elevou a taxa Selic em 1,50 ponto percentual, para 9,25% ao ano, indicou nova alta da mesma magnitude para fevereiro e destacou em **comunicado** a importância de o ciclo de aperto avançar "significativamente" em território contracionista para consolidar o processo de desinflação e de ancoragem das expectativas em torno das metas.

O tom mais assertivo surpreendeu boa parte do mercado, que vinha de dados piores de atividade econômica. Dois dias depois, o IBGE divulgou um IPCA de novembro abaixo do esperado e com composição melhor.

As medidas de **inflação** projetadas por analistas para a Focus, por sinal, melhoraram.

O número esperado para 2021 cedeu de 10,18% para 10,05% -primeira queda após 35 semanas consecutivas de alta. A medida para 2022 se manteve em 5,02%, parando de subir depois de 20 semanas seguidas em ascensão.

A projeção para 12 meses caiu de 5,36% para 5,21%, enquanto a taxa para 2023 recuou de 3,50% para 3,46%. O IPCA esperado para 2024 teve ligeira queda, de 3,10% para 3,09%.

Todas as projeções anuais de 2021 a 2024, porém, seguem acima das metas para os respectivos anos -- 3,75%, 3,50%, 3,25% e 3,00%.

Num cenário **inflação** ainda pressionada e juros mais altos, a economia **padece**. O prognóstico para o crescimento do **PIB** em 2021 recuou pela nona semana seguida, saindo de 4,71% para 4,65%.

A taxa esperada para 2022 ficou menor pela décima semana consecutiva, ainda que apenas ligeiramente - caiu de 0,51% para 0,50%

Morte pela variante ômicron e juros nos EUA freiam Bolsa

A abertura da sessão na Bolsa nesta segunda (13) indicava um dia de alta, mas a notícia da primeira morte causada pela variante ômicron do coronavírus no Reino Unido e a expectativa de aumento dos juros nos EUA tiraram o ímpeto do mercado.

O Ibovespa fechou em queda de 0,35%, a 107.383 pontos. O indicador chegou a subir 1,6% ao atingir a máxima do dia, de 109.492 pontos.

O dólar avançou 1,06%, a R\$ 5,6740.0 BC ainda vendeu US\$ 905 milhões no mercado à vista no início da tarde, mas isso apenas tirou um pouco da força da divisa americana.

A Vale subiu 2,92%, a principal alta entre os papéis mais negociados do dia. A mineradora foi beneficiada por declarações do governo da China, principal comprador do minério de ferro brasileiro, que indicaram a criação de estímulos para o crescimento.

O petróleo Brent cedeu 1,05%, para US\$ 74,36. Clay

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49759>

Renda fixa: de volta ao status de melhor opção (Artigo)

Samyr Castro

Embora a pandemia venha dando sinais de trégua desde o início da vacinação em massa, a previsão de crescimento da economia brasileira para 2022 não é das melhores. O Boletim Focus, do Banco Central (BC), acaba de divulgar os números do **PIB** e eles ficaram bem abaixo do esperado, passando de 4,97% este ano para 1,40% no ano que vem. As razões para a queda são várias, entre elas a piora das contas públicas, o câmbio depreciado, a desancoragem da **inflação**, os juros em alta, o cenário externo complicado e também a proximidade das eleições.

Com a economia mais fraca, investimentos na bolsa de valores podem se tornar menos atrativos, uma vez que as condições ruins de mercado resultam em menor volume de vendas para as empresas, gerando menos receitas e, conseqüentemente, lucros menores. Com a crescente alta dos juros Selic - que caminha para encerrar o ano em torno de 9,25% (sua elevação é uma estratégia para controlar a **inflação**) - e futuros, as aplicações em renda fixa passaram a configurar uma opção interessante para os investidores em 2022.

Mas aqui um alerta: a dinâmica de prêmio e rentabilidade pode ser diferente entre os diferentes tipos de ativos de renda fixa.

Os ativos pós-fixados, por exemplo, aqueles que se movimentam junto a um indexador, podem parecer nebuloso, mas podem representar uma boa opção hoje. Basta pensar que alguns dos indexadores utilizados para compor a rentabilidade desses ativos são o CDI, a taxa básica de juros da economia (Selic), o IPCA ou o IGP-M. Em termos práticos, a rentabilidade de um investimento pós-fixado é mostrada em um percentual do indexador - que, no caso do DI, atualmente não para de subir.

Já os investimentos prefixados, que também podem ser uma excelente alternativa para quem quer ver seu dinheiro render, podem sofrer a depender da dinâmica de juros. Porque eles têm a sua rentabilidade conhecida no momento da aplicação e como o investidor trava uma taxa no momento presente, uma contínua elevação dos juros Selic e futuros ao longo de 2022 pode tornar as taxas preestabelecidas menos atrativas. Mas claro que se o cenário acalmar esses títulos podem ser premiados.

Nesse sentido, a vantagem dos títulos com rentabilidade prefixada também é o que aumenta seus riscos. Por mais que o país esteja passando por um período de crise, o ganho dessa aplicação está definido e não será alterado por nenhum fator, como queda na taxa de juros ou bolsa, por exemplo. Por outro lado, observando de forma mais específica, os investimentos prefixados podem traduzir um risco maior que os pós-fixados, já que a **inflação** pode continuar a subir e os juros também para ancorá-la.

Por último, é importante ter em mente que os ativos atrelados à **inflação** também têm uma parte prefixada e isso traz a essa parte desses ativos o mesmo risco que os prefixados "secos" (sem **inflação**). O ponto é que quando comparado aos ativos prefixados o risco é menor justo por terem suas partes pós-fixadas atreladas à **inflação**. Mas como no mercado não existe almoço grátis, esse menor risco pode trazer também menor retorno aos ativos de **inflação**, já que mesmo em alta neste momento, mercado e Banco Central apostam que a **inflação** tende a desacelerar em 2022.

Se você está pensando em investir suas economias, antes de decidir qual investimento faz mais sentido analisar o momento econômico que vivemos. Existem boas opções para fazer seu dinheiro render, bem melhores do que a poupança. Reflita sobre todas elas e não deixe de pedir auxílio para aproveitar este momento de alta nos juros.

Samyr Castro, CEO do BankRio

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/14/12/2021/p1>

Bilhões eleitorais (Editorial)

O ataque ao dinheiro do contribuinte não se esgotou na aprovação da emenda constitucional que promove um calote nos precatórios e amplia o teto para os gastos federais. No governo e no Congresso proliferam pressões por mais benesses a serem espetadas no Orçamento do ano eleitoral de 2022.

Entre as piores ideias está a de quase triplicar o fundo público destinado ao financiamento de campanhas - cujos recursos saltariam dos R\$ 2,1 bilhões ora previstos no projeto da lei orçamentária para até descabidos R\$ 5,7 bilhões.

Um texto que permitia o montante mais elevado chegou a ser aprovado pelos parlamentares em julho, mas acabou vetado no mês seguinte pelo presidente Jair Bolsonaro. O assunto permanece mal resolvido desde então.

O defensor mais ativo da propositura é o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). No domingo (12), em entrevista à Globonews, o deputado apontou que os congressistas deverão examinar o veto presidencial nos próximos dias. Mesmo que ele seja mantido, disse, uma solução terá de ser encontrada "dentro do Orçamento".

Vale dizer: outras áreas da administração ou da despesa pública terão de ser sacrificadas para que se obtenha o dinheiro desejado pelos políticos para o financiamento de suas estratégias eleitorais.

Lira qualificou de "demagogia" a oposição ao aumento do fundo, com o argumento de que as doações de empresas a candidaturas estão proibidas no Brasil. Convém examinar com atenção a tese.

Não se ignora que eleições custam dinheiro. A discussão deve se dar em torno dos montantes adequados - e o oficialmente previsto hoje repete os níveis vigentes nos pleitos de 2018 e 2020, sendo razoável uma correção pela **inflação**.

O valor ambicionado pelos congressistas se encontra muito acima dos padrões internacionais de financiamento público, como mostrou pesquisa do Movimento Transparência Partidária em 25 países, entre ricos e emergentes.

É por demais conveniente, para seus autores, a alegação de que só com a ampliação dos recursos será possível impedir a velha prática do caixa dois. Se for aceita tal assertiva carente de fundamentação,

qualquer cifra poderá ser validada.

Fundos bilionários são, isso sim, um incentivo a burocracias que operam partidos sem conteúdo programático nem inserção na sociedade. O país já conta em demasia com legendas dessa natureza.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49759&anchor=6447155&pd=c5952bdfd42794b9cdbee7523fb54e64>